Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Brasília, *|DATE:d|* de maio de *|DATE:Y|*
edição 360

Serviço de Notícias – INFRAEnergia

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição do INFRAEnergia: CEEE e Sulgás | TAG | PLD Horário | Diário Oficial | Fique de Olho | Clipping

BNDES ASSINA ACORDO COM GOVERNO DO RS PARA AS PRIVATIZAÇÕES DA CEEE E DA SULGÁS

André Ghed, para a Agência iNFRA, do Rio de Janeiro

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) assinou, neste sábado (25), acordo para a estruturação de projetos de desestatização de empresas estaduais. O acordo foi firmado com o governo do Rio Grande do Sul e deve atingir as empresas CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), Sulgás (Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul) e CRM (Companhia Riograndense de Mineração).

Além das possíveis privatizações, estão previstos estudos para PPPs (parcerias público-privadas) e a eventual abertura de capital da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento). Não estão descartadas novas concessões de rodovias, portos e hidrovias.

O acordo prevê que, a partir da definição de cada projeto, será celebrado um contrato de apoio técnico do BNDES visando à modelagem do processo. Espera-se que, até o fim do mês, seja iniciada a pesquisa de mercado do processo licitatório para contratação de apoio técnico pelo BNDES para realização dos projetos.

"O governo gaúcho está claramente interessado em implementar parcerias que permitam a valorização de ativos", afirmou o presidente do BNDES, Joaquim Levy, que assinou o acordo com o governador Eduardo Leite. "Também é uma oportunidade para geração de poupança envolvendo a população na atividade econômica."

Na opinião do secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurelio Cardoso, a parceria com o BNDES é importante para o estado porque os projetos de desestatização demandam estruturação complexa e elaboração de estudos técnicos diversos, além da necessidade de conjugar a atratividade ao setor privado com a prestação de serviços essenciais com qualidade. Este documento foi firmado durante a reunião do Consórcio de Integração Sul e Sudeste, em Gramado, na Serra Gaúcha.

Na semana passada, no Fórum Abdib 2019, Levy anunciou que estava negociando com vários estados as privatizações de empresas distribuidoras de gás canalizado e companhias de saneamento. Mas o presidente do BNDES não divulgou, na ocasião, que estado assinaria o termo neste fim de semana.
Levy adiantou que as negociações estão ocorrendo em diversos estados de Norte a Sul do país, principalmente, nas áreas de energia e saneamento. Segundo ele, as privatizações fazem parte do pacote de socorro da União para os governos estaduais.

Situação fiscal
As conversas entre o BNDES e o governo gaúcho surgiram em fevereiro deste ano, quando o governador Eduardo Leite e secretários de estado participaram de reunião no banco, na qual mostraram a situação fiscal e o complexo processo de modernização do estado.
O governador ressaltou acreditar que a estruturação de projetos de participação privada e a privatização de alguns ativos poderão contribuir para a melhoria dos serviços para a população, a minimização do déficit e o destravamento de investimentos no estado gaúcho.
A esse primeiro encontro, seguiram-se reuniões presenciais e por videoconferência da equipe técnica da Área de Desestatização e Estruturação de Projetos do BNDES com a equipe do governo do Rio Grande do Sul, que resultaram na minuta do acordo de cooperação e na definição do escopo dos projetos a serem estruturados.

voltar para o topo

STF SUSPENDE VENDA DA TAG, SUBSIDIÁRIA DA PETROBRAS, PARA A ENGIE, NEGÓCIO DE US$ 8,6 BI

da Agência iNFRA

O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu a venda de 90% da TAG (Transportadora Associada de Gás), pela Petrobras, para a francesa Engie e o fundo canadense Brookfield por US$ 8,6 bilhões.
O ministro alegou que a venda exige licitação, já que a Petrobras perderá o controle acionário. A TAG tem uma rede de gasodutos de 4,5 mil quilômetros e capacidade de movimentar 74 milhões de metros cúbicos por dia.
A decisão derruba uma liminar (decisão temporária) concedida pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) de janeiro deste ano. Segundo Fachin, a venda exige licitação, conforme decisão anterior do ministro Ricardo Lewandowski, também do Supremo.
"A dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas", afirmou em despacho.
A Petrobras informou que assim que for intimada da decisão do STF tomará as medidas cabíveis em prol dos seus interesses.

voltar para o topo

ONS DEFENDE PREÇO HORÁRIO PARA A MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

Lucas Santin, da Agência iNFRA

O diretor-geral do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Eduardo Barata, defendeu, na segunda-feira (27), que o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) horário seja implementado em janeiro de 2020. Segundo ele, não se pode falar de modernização do setor elétrico sem abordar o assunto. Hoje, a mudança do PLD é feita semanalmente.
"Eu estou convencido de que é um equívoco falar em modernização e não avançar para o preço horário. Eu acho que toda mudança provoca preocupação. É é natural isso. Só que nós temos que ser mais fortes que nossas preocupações", disse Barata, após participar de evento sobre preço horário no MME (Ministério de Minas e Energia).
Entretanto, o executivo diz saber que novos aprimoramentos precisarão ser feitos, pois não há modelo perfeito:
"Nós vamos para uma situação perfeita? Esse preço horário é um preço perfeito? Não. Ele tem uma série de aproximações que a gente faz, mas que a gente faz hoje com o preço semanal, também. Quem é que é capaz de jurar que o preço semanal é aquele? Aliás, aquilo é uma idealização, é uma modelagem que a gente faz".

Acompanhamento de mudanças
O sistema atual, afirma Barata, não é o mesmo que se tinha há uma década. Ele considera que hoje seja muito mais complexo do que quando a geração era essencialmente hidrotérmica. O uso de mais fontes complicou a operação.
"Quando nós acompanhávamos a operação realizada contra a operação planejada, era basicamente uma em cima da outra. Hoje, quando a gente compara, as diferenças são enormes, porque tem fontes que são muito voláteis, como a eólica", explicou, citando a maior intensidade dos ventos durante a madrugada em relação ao resto do dia, causando maiores oscilações nos níveis de geração.
Essas mudanças têm de ser acompanhadas pelos agentes do processo. "Com certeza o Newave e o Decomp que a gente usa hoje não é o mesmo que a gente usou em 1998 ou março de 1999, quando nós começamos a operar o sistema", exemplificou.
Luiz Eduardo Barata acredita que essas transformações causam a necessidade da precificação diária e horária. Além disso, há serviços que poderão ser mais bem prestados, afirma.
"Por exemplo, a própria resposta da demanda, ela fica mais importante e muito mais factível se você tiver um preço horário do que se você tiver um preço semanal."

MME e a modernização do setor
A secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Dadald, falou sobre o andamento do grupo de trabalho do MME para a modernização do setor elétrico. Segundo ela, a equipe está encontrando temas que não foram abordados com a devida profundidade pela Consulta Pública 33 e dará diagnósticos a eles, verificando o que pode ser resolvido de forma infralegal.
Os temas serão distribuídos para 14 grupos temáticos, que analisarão os assuntos e mostrarão a situação atual de cada um. Dessa forma, ao fim dos seis meses, o exame será dado. "É o diagnóstico que a gente vai ter de quais são os temas que a gente precisa endereçar e, dentro desse conjunto de temas, a gente vai buscar tratar aquele que pode ser encaminhado de forma infralegal. Ainda não tem quais são os temas", disse.
Marisete admite que os seis meses serão suficientes apenas para a conclusão do estudo: "Para o diagnóstico, sim . Mas para o encaminhamento da solução, não. A gente sabe que não. Principalmente porque tem temas de maior nível de profundidade".
Sobre a solução, a secretária-executiva respondeu: "Não tem data. Depende do aprofundamento que você precisa, principalmente sob o ponto de vista do impacto regulatório".
Marisete ainda disse que, caso seja possível e não prejudique o restante dos assuntos, encaminhamentos podem ser dados antes mesmo do término do prazo.
A portaria que criou o grupo deu a possibilidade de prorrogação do período por mais três meses, mas a secretária-executiva não considera essa necessidade. "A gente nem está presa na prorrogação. Ao final dos seis meses a gente vai ter o diagnóstico e o que precisa encaminhar de soluções para implementar a modernização do setor", disse.

voltar para o topo

DIÁRIO OFICIAL

SGT - Portaria 5.787 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) estabeleceu a estrutura e o funcionamento interno da Superintendência de Gestão Tarifária (SGT), por meio de coordenações. Já a Portaria 5.788 da ANEEL designou os titulares de coordenações da SGT.
Testes - Foram liberadas para operação de testes oito unidades, somando 11,4 mil kW, da UTE Asja Jaboatão, em Jaboatão dos Guararapes (PE); e uma unidade da UTE Pitangueiras com 45.000 kW, em Pitangueiras (SP).
CVU - Despachos 1.477 e 1.478 da Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração da ANEEL deram provimento às solicitações de revisão do Custo Variável Unitário da UTE Norte Fluminense (RJ) e da UTE Termopernambuco (PE).
CNPJ - Instrução Normativa 1.895 da Receita Federal alterou a Instrução Normativa RFB 1.863/2018, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

voltar para o topo

FIQUE DE OLHO

Agenda do ministro - O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, cumpre parte da agenda hoje (28) em São Paulo. Às 9h, participa da abertura da Conferência e Exposição Brazil Windpower 2019. Às 11h, participa da Energy Solutions Show. Às 16h, retorna à Brasília para o lançamento da Frente em apoio ao Carvão Mineral, na Câmara dos Deputados, e para lançamento da Frente Parlamentar Mista da Marinha Mercante Brasileira, às 20h, no Clube Naval de Brasília.
Seminário ANEEL - A ANEEL realiza nos dias 29 e 30 de maio o Seminário Internacional de Monitoramento e Avaliação da Regulação, com o objetivo de conhecer experiências práticas de organismos internacionais para monitorar e avaliar o desempenho da regulação ou política pública. O evento acontecerá no CICB (Centro Internacional de Convenções do Brasil), em Brasília.

Alta no consumo de gás - Segundo a Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado), o consumo de gás natural total no primeiro trimestre do ano totalizou 61,5 milhões de m³/dia, um crescimento de 3,3% em relação ao período equivalente em 2018, quando a demanda foi de 59,5 milhões de m³/dia.

Biogás - Segundo relatório divulgado na última semana pela ABiogás (Associação Brasileira do Biogás), em parceria com a Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), o Brasil tem desperdiçado energia elétrica ao deixar de aproveitar todo o potencial de biogás gerado em aterros sanitários. O país destinou mais de 42 milhões de toneladas de resíduos sólidos para aterros sanitários no último ano.

Aquisições da VTRM - A VTRM adquiriu 93,52% do capital votante da Cesp, durante leilão ocorrido na última sexta-feira (24), na B3, em São Paulo. Além disso, a VTRM adquiriu mais 32 ações.

Nível dos Reservatórios - Os reservatórios da região Norte iniciaram a semana com volume de 73,6% após aumento de 0,4%. No Sudeste/Centro-Oeste, os níveis estão em 47,1% da capacidade. No Nordeste, os reservatórios operam com 58,2%. Já a região Sul contou com a maior alta do dia (1,8%) e passou a operar com 59,6%.

Prazo CCEE - Hoje (28) é a data-limite para liquidação financeira do MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de Energia Nova referente a abril.

voltar para o topo

CLIPPING

STF veta venda da TAG pela Petrobras
Decisão do ministro Edson Fachin diz que operação precisa passar por licitação. (Valor, Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Reuters)

Crise da Pemex e da PDVSA favorece estatal brasileira
Após se recuperar dos escândalos de corrupção e com a alta dos preços do petróleo, Petrobras se consolida como maior produtora na América Latina. (Valor)

Petrobras propõe novo estatuto para BR
Alterações são sugestões da controladora e não impõem forte limitação à influência sobre negócio. (Valor)

Petrobras coloca à venda 27 campos terrestres de petróleo no Espírito Santo
Estatal tem promovido plano de desinvestimentos para reduzir dívidas e focar atuação no pré-sal. (Folha de S.Paulo)

Petrobras recebe ofertas não vinculantes pela Liquigás até 7 de junho, diz fonte
A petroleira tem buscado vender ativos para reduzir dívida e focar suas atividades na exploração e produção de petróleo, principalmente no pré-sal. (Reuters)

Linhão em terra indígena de Roraima deve ter equipes com 200 fiscais e sigilo sobre minérios
Eletrobras e Alupar prometem mobilizar equipe de 200 pessoas para monitorar e fiscalizar limites da terra indígena Waimiri Atroari durante as obras de uma enorme linha de transmissão de eletricidade entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR) que atravessará áreas da tribo. (Reuters)

voltar para o topo

iNFRA ENERGIA

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this?   unsubscribe from this list   update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.